

REGISTRO DE REUNIÃO ORDINÁRIA

TEMA
35ª REUNIÃO ORDINÁRIA/2019 DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

DATA	HORÁRIO	LOCAL
04.10.2019	8h30 às 12h30	Edifício Sede do SEBRAE, em Fortaleza-CE

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ABERTURA E INÍCIO DOS TRABALHOS

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (04.10.2019), às nove horas (9h00), no Edifício Sede do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), à rua Monsenhor Tabosa, 777, Praia de Iracema, Fortaleza, Ceará, foi realizada a Trigésima Quinta Reunião do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com a participação dos seguintes integrantes titulares e suplentes: **Kennedy Montenegro Vasconcelos** (SEDET-Suplente), **Roberto Capelo Feijó** (CODECE-Titular), **Frederico Jorge Barbosa Acário** (CODECE-Suplente), **Juliany de Sousa Mesquita** (CCE-Suplente), **Cláudia Maria Dias Pinheiro** (CRC-Titular), **José Randal do Carmo Sena** (CRC-Suplente), **Rafael Martins de Figueiredo** (FIEC-Suplente), **Francisca Ivonísia Holanda de Oliveira** (FAEC-Titular), **José Osmar Celestino Júnior** (FAEC-Suplente), **José Edivaldo Fernandes Nunes** (FECEMPE-Titular), **Antônia Dalvani Marques Mota** (FEMICRO-Titular), **Rômulo Trévia Veras** (Frente Parlamentar das MPE-Suplente), **Marcos Pompeu** (FECOMERCIO-Suplente), **Francisco José Coelho Bezerra** (SEPLAG-Representante), **Tarcísio Hilter Vasconcelos Filho** (SECITECE-Suplente) e **Antônio Elgma Souza Araújo** (SEBRAE-Suplente). Outras pessoas estiveram presentes como convidados, a saber: **Regina Lúcia de Pinho Rego**, **Tâmara Gurgel Maia**, **Ériton Prudêncio Pires Gomes** e **Keyla Sousa Américo** (CODECE); **Rodolfo Sena da Penha** (SEDUC); além de **João Paulo de Castro dos Santos Serra**, **Luciana Pires Sampaio**, **Jane Kelly B. Bezerra Fonteles**, **Luana B. Araújo**, **Sérgio de Sousa Alcântara** e **Rubenildo Falcão de Mélo** (Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo da SEDET). O registro da presença dos participantes da Reunião do Fórum Estadual encontra-se em anexo e é parte integrante dessa Ata.

PRONUNCIAMENTO DO SEBRAE – ANTÔNIO ELGMA SOUZA ARAÚJO

O Senhor **Antônio Elgma**, em nome da instituição anfitriã do evento, proferiu as boas-vindas saudando os presentes, ressaltando a relevância dessa primeira reunião do ano, que marca a

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

retomada do funcionamento do Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Saudou o Secretário Executivo do Trabalho e Empreendedorismo da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho, **Senhor Kennedy Montenegro Vasconcelos**, em nome de quem estendeu os cumprimentos aos participantes do evento. Comentou sobre a programação do evento, que contará com uma apresentação institucional da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), além da realização de uma oficina de trabalho para elaboração de propostas ao funcionamento do Fórum a partir desse momento. Finalizou desejando a todos uma excelente reunião e bom resultado com o trabalho.

PRONUNCIAMENTO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – KENNEDY MONTENEGRO VASCONCELOS

O **Senhor Kennedy Vasconcelos**, reiterou as boas-vindas, agradeceu ao SEBRAE pela acolhida e apoio na realização do evento. Em seguida, solicitou a todos que se apresentassem, no intuito de facilitar a integração e o bom andamento dos trabalhos. Os participantes se apresentaram de forma objetiva, falando o nome e a instituição que representam. Na sequência, o Secretário Executivo fez referência ao Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, ocorrido em dois de outubro do ano em curso, na sede nacional do SEBRAE, em Brasília, Distrito Federal. Considerou que no momento é imprescindível a participação das entidades nesse ambiente, pela importância para o Ceará em estar atualizado sobre o que há de relevante nesse segmento, bem como para que se possa contribuir de modo propositivo com o desenvolvimento da política nacional do empreendedorismo. Comentou sobre o novo Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC), do Ministério da Economia, Senhor Carlos da Costa, que considera essencial o esforço conjunto com os fóruns estaduais no alcance dos melhores resultados para o empreendedorismo no Brasil. Em outro tópico, o **Senhor Kennedy Vasconcelos** destacou o vigésimo ano de funcionamento do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e a data comemorativa do segmento, cinco de outubro, quando foi publicada a Lei nº 9.841/1999, considerada o Estatuto da Microempresa. Referiu-se, também, à Lei Complementar nº 123 de 2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e Empresas de Pequeno Porte. A Lei Complementar foi criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a competitividade das micro e pequenas empresas e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia. Referiu-se aos comitês temáticos do Fórum Permanente, quais sejam: (i) Comitê da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPE, que identifica, analisa e propõe medidas para construir políticas públicas direcionadas às MPE; (ii) Comitê de Racionalização Legal e Burocrática, que identifica, analisa e propõe medidas visando à redução ou simplificação de



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

obrigações impostas às MPE; (iii) Comitê de Acesso a Mercados, que identifica, analisa e propõe medidas para facilitar o acesso das MPE às compras públicas, aos mercados externo e interno, e à cadeia produtiva das grandes empresas; (iv) Comitê de Tecnologia e Inovação, que identifica, analisa e propõe medidas para acesso a novas tecnologias e inovação de processos, produtos e serviços das MPE; (v) Comitê de Investimento, Financiamento e Crédito, que identifica, analisa e propõe medidas para facilitar o acesso das MPE ao crédito bancário e outras fontes de financiamento; e (vi) Comitê de Formação e Capacitação Empreendedora, que identifica, analisa e propõe medidas para ampliar as oportunidades de capacitação para as MPE, com a perspectiva de disseminação e compartilhamento da informação por meio de redes de relacionamento. Ressaltando a relevância das MPE na economia mundial, citou o exemplo desse segmento nos Estados Unidos da América. Para se ter uma visão comparativa, com o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano no patamar de dezenove trilhões e novecentos bilhões de dólares (US\$ 19,9 trilhões), o PIB brasileiro alcançou dois trilhões e sessenta bilhões de dólares (US\$ 2,060 trilhões). O PIB gerado pelas MPE nos EUA, em 2014, alcançou cinco trilhões e novecentos bilhões de dólares (US\$ 5,9 trilhões), tendo crescido desde 1998. Ao se observar a contribuição das empresas norte-americanas na formação do PIB, constata-se que as grandes empresas e as pequenas empresas participam, respectivamente, com cento e vinte mil dólares por empregado (US\$ 120K/Empregado) e cem mil dólares por empregado (US\$ 100K/Empregado). Esses quantitativos demonstram a importância estratégica das MPE no desenvolvimento norte-americano. Segundo o **Senhor Kennedy Vasconcelos**, no Brasil as MPE também apresentam papel de destaque. Ao citar informações do SEBRAE, os pequenos negócios compreendem noventa e nove por cento (99%) do total de empresas do país. Além disso, o segmento das MPE participa com vinte e sete por cento (27%) do PIB; são responsáveis por cinquenta e quatro por cento (54%) do emprego formal; compreendem a quarenta por cento (40%) da massa salarial; alcançam uma taxa de setenta e cinco por cento (75%) de sobrevivência. No estado do Ceará, os pequenos negócios também apresentam números significativos. Correspondem a noventa e oito inteiros e oito décimos por cento (98,8%) dos negócios existentes no estado; participam com vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento (26,5%) do PIB; são responsáveis por quarenta e seis inteiros e oito décimos por cento (46,8%) do emprego formal; compreendem oitenta e um inteiros e oito décimos percentuais (81,8%) do setor de comércio e serviços; os microempreendedores individuais (MEI) são cinquenta e seis inteiros e nove décimos por cento (56,9%) dos negócios cearenses; as MPE alcançam uma taxa de setenta e quatro inteiros e cinco décimos por cento (74,5%) de sobrevivência. Os pequenos negócios no Ceará crescem a uma taxa anual de aproximadamente dezesseis por cento (16%). Os MEI alcançam uma taxa anual de crescimento de vinte por cento (20%), enquanto as microempresas um pouco menos de doze por cento (12%) e as empresas de pequeno porte,



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

crecem a uma taxa um pouco acima de nove por cento (9%). O **Senhor Kennedy Vasconcelos** apresentou, em seguida, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET), ressaltando sua missão institucional, de ser o agente catalisador do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará de forma sustentável, em uma ambiência que favoreça a viabilização e manutenção de negócios e que contribua para o fomento do emprego e do empreendedorismo. No que respeita à visão de futuro, destacou: *o melhor lugar para negócios sustentáveis em um Ceará de oportunidades*. Quanto aos Valores, ressaltou os seguintes: transparência, sustentabilidade, eficiência, eficácia e foco. Apresentou o Sistema SEDET, compreendido pela Secretaria Executiva do Agronegócio, Secretaria Executiva da Indústria, Secretaria Executiva do Comércio, Serviços e Inovação, Secretaria Executiva de Planejamento e Gestão Interna, Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo; Instituições vinculadas, quais sejam: Agência de Defesa Agropecuária (ADAGRI), Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE), Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODECE), e a organização social contratada, o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). Destacou, também, outros integrantes da rede de desenvolvimento, como outras secretarias do estado, órgãos e instituições públicas e privadas que executam programas e ações com interseção à SEDET, tais como a Secretaria da Cultura (SECULT), a Secretaria do Turismo (SETUR), a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) e a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), dentre outras. No que respeita, ainda, à SEDET, o **Senhor Kennedy Vasconcelos** apresentou o organograma da secretaria, destacando o posicionamento da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo, que tem a responsabilidade, dentre outras, de organizar esse Fórum Estadual. É composta pela Coordenadoria de Trabalho e Renda, sob a responsabilidade da **Senhora Luciana Pires Sampaio**, e da Coordenadoria de Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais, sob a responsabilidade do **Senhor João Paulo de Castro dos Santos Serra**, ambos aqui presentes. Apresentou as diretrizes da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo, quais sejam: Articulação, integração e promoção da política do trabalho e empreendedorismo à política de desenvolvimento econômico do Estado; Alinhamento e direcionamento estratégico da política do trabalho e empreendedorismo com as diretrizes governamentais para o desenvolvimento do Estado; Ampliação das oportunidades de ocupação, trabalho, emprego e empreendedorismo voltadas prioritariamente para as demandas do setor produtivo do Estado; Promoção do fortalecimento do empreendedorismo e do adensamento de cadeias produtivas e apoio aos arranjos produtivos locais com foco em tecnologia e inovação; Fomento à melhoria da formação da mão-de-obra e da qualificação do trabalhador cearense, com vistas à sua inserção produtiva e sua colocação no mercado de trabalho; Contribuição para



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a consolidação, a sustentabilidade e o desenvolvimento do sistema público de emprego do Estado do Ceará. Externou a existência de grandes desafios, também relacionados à pauta desse Fórum Estadual, quais sejam: Desafio um, aumentar a geração de empregos; Desafio dois, aumentar a média da massa salarial; Desafio três, crescer a participação do PIB do Ceará no PIB nacional. Buscando agilidade na superação desses desafios, o Governo do Estado do Ceará construiu uma estratégia de longo prazo, denominado Ceará Dois Mil e Cinquenta (Ceará 2050), segundo a qual são priorizados os seguintes clusters de desenvolvimento econômico: Têxtil e Calçados; Energias Renováveis; Agronegócio; Saúde; Logística, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Segurança Hídrica. As principais vantagens competitivas do Ceará são as seguintes: Localização geográfica; Segurança hídrica; Hub aéreo, portuário e de TIC; Educação: escolas profissionalizantes e instituições e ensino superior; Energia renovável. Em se tratando da atração de investimentos para o Ceará, as decisões tomadas pelo Estado são as seguintes: Manter elevado o patamar de investimentos públicos; Induzir a atração de investimentos privados; Manter o equilíbrio fiscal; Liderar o *ranking* nacional de transparência; Melhorar o acesso aos maiores mercados mundiais – comércio exterior. Diante desse cenário, de acordo com o **Senhor Kennedy Vasconcelos**, o Fórum Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte tem o seguinte papel: Articular em conjunto com órgãos do Governo, a regulamentação necessária ao cumprimento do Estatuto Nacional da MPE, bem como acompanhar a sua efetiva implantação, atos e procedimentos dele decorrentes no âmbito do Estado; Propor e acompanhar a implementação das políticas governamentais de apoio e fomento às MPE; Promover a articulação e a integração entre os diversos órgãos governamentais e as entidades de apoio, de representação e da sociedade civil organizada que atuem no segmento; Propor os ajustes e aperfeiçoamentos necessários à efetiva implantação da política de fortalecimento e desenvolvimento das MPE no Estado, inclusive no campo da legislação, propondo atos e medidas necessários. Para tanto, a SEDET se propõe a atuar no Fórum com as seguintes perspectivas: Fortalecer a estrutura de governança; Fortalecer o vínculo com o Fórum Permanente das MPE e congêneres; Propor medidas para melhorar a vida das MPE; Construir um Plano de Ação conjunto no âmbito do Estado; Realizar articulação interinstitucional e intersetorial; Elaborar Agenda Estratégica voltada às MPE e avaliar propostas do Fórum para implementação; Criar o Observatório das MPE. Ao comentar sobre o cenário futuro, na perspectiva da Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo, o **Senhor Kennedy Vasconcelos** citou seis aspectos, a saber: (i) O que queremos ser? Referência nacional na geração de empregos de qualidade e renda, com prosperidade e justiça social; (ii) Alavancando quais tendências? Inovação, conhecimento e negócios; (iii) Focando em que segmentos/clusters? MPE sustentáveis, Educação, Saúde, Micro e pequenos negócios, Tecnologia e Turismo de negócios; (iv) Com quais iniciativas estratégicas? Infraestrutura

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

produtiva e social; Polos de tecnologia e inovação; Estado ágil, desburocratizado e ético; Associar *coworking* com pequenos negócios; Reativação da FCE e reestruturação da inovação, comércio, indústria e serviços; Redução/eliminação dos custos com transmissão de dados; (v) Ativando quais vantagens competitivas? Localização geográfica; infraestrutura e logística; Cadeias produtivas que agreguem valor; Desburocratização na formação de empresas; Fornecimento de mão de obra; (vi) E que novas competências (são necessárias)? Nova geração de líderes empreendedores; Inteligência governamental; Articulação/comunicação entre governo, empresas e academia; Assistência ao desenvolvimento de pequenos negócios; Inovação; Promover interpersonalidade. Finalizando, agradeceu a todos pelo empenho em participar do Fórum Estadual, desejando ótimo evento.

PRONUNCIAMENTO DO REPRESENTANTE DO SEBRAE – ANTÔNIO ELGMA SOUZA ARAÚJO

Ao retomar a palavra o **Senhor Antônio Elgma** agradeceu ao Secretário Executivo do Trabalho e Empreendedorismo da SEDET pelo conteúdo e compromisso demonstrado com a retomada e atuação do Fórum Estadual da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Prosseguiu com um pronunciamento sobre as novas perspectivas do Fórum, tomando por base fatos relevantes. O primeiro a ser pontuado remontou à Constituição Federal de um mil, novecentos e oitenta e oito, onde constam dispositivos de apoio às MPE, como em seu artigo cento e setenta, inciso nove: tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país. No artigo cento e setenta e nove consta a seguinte determinação: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei. No ano seguinte, a Constituição do Ceará, em seu artigo trezentos e vinte e sete, determina que *O Estado dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.* Redação dada pela Emenda Constitucional número sessenta e cinco de dois mil e nove (65/2009). O **Senhor Antônio Elgma** apresentou antecedentes, ao afirmar que a aprovação da Lei Complementar Federal número cento e vinte e três, de dois mil e seis (LC nº123/2006), que instituiu o Estatuto Nacional das MPE, estabeleceu normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido as ME e EPP no âmbito da União, estados e municípios. Segundo o artigo setenta e sete (Art. 77) da supracitada Lei: *Estados, Distrito Federal e os municípios deverão editar em um ano, as leis e demais atos*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

necessários para assegurar o pronto e imediato tratamento, jurídico diferenciado, simplificado e favorecido as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Prosseguiu afirmando que o Governo do Estado, atendendo ao dispositivo legal, editou o decreto número vinte e nove mil e onze de dois mil e sete (Decreto nº 29.011/2007), que criou o Comitê Estadual de Regulamentação e Implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. O principal objetivo desse Comitê era *Propor e supervisionar ações que assegurem a implementação do tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido as microempresas e as empresas de pequeno porte* conforme previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e respectivas regulamentações. Segundo afirmou, o Comitê elaborou uma versão preliminar de anteprojeto de lei regulamentando a Lei Complementar Federal número cento e vinte e três de dois mil e seis (LC Federal 123/2006) no âmbito estadual. Afirmou, também, que *dando sequência às ações de regulamentação da Lei Geral das MPE no Ceará, foi editado o Decreto Estadual número trinta mil, quatrocentos e sessenta e cinco de dois mil e onze (D. E. Nº 30.465/2011) criando o Fórum Regional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ceará.* Destacou que as principais contribuições do Fórum foram as seguintes: (i) Elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Geral Estadual que foi encaminhado a Procuradoria Geral do Estado para análise em encaminhamentos; (ii) Aprovação do anteprojeto de Lei na Assembleia Legislativa e sancionado pelo Executivo Estadual - Lei número quinze mil, trezentos e seis de dois mil e treze (L 15.306/2013), considerada a Lei Geral das MPE. O **Senhor Antônio Elgma** apresentou a Estrutura da Lei Geral Estadual das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, segundo o qual é composto da seguinte estrutura: Capítulo I – Disposições preliminares; Capítulo II – Da Definição do MEI, ME e EPP; Capítulo III – Da Inscrição e Baixa; Capítulo IV – Dos Tributos e Contribuições; Capítulo V – Do Acesso aos Mercados; Capítulo VI – Da Educação Empreendedora, Gerencial e do desenvolvimento da ME e EPP; Capítulo VII – Da Fiscalização Orientadora; Capítulo VIII – Do Associativismo Empresarial; Capítulo IX – Do Estímulo ao Crédito e à Capitalização; Capítulo X – Do Estímulo à Inovação; Capítulo XI – Do Acesso à Justiça; Capítulo XII – Do Apoio e da Representação; Capítulo XIII – Das Disposições Finais e Transitórias. Segundo relatou o **Senhor Antônio Elgma**, os benefícios advindos da Regulamentação da Lei Geral Estadual foram os seguintes: Simplificação na abertura, alteração e baixa de empresas; Normatização do regime unificado de apuração e recolhimento de tributos – Simples Nacional; Estabelecimento da preferência nas compras públicas e estímulo ao mercado interno e a exportação; Incentivo a educação empreendedora e o acesso à informação; Manutenção da fiscalização orientadora; Incentivo a capacitação e o desenvolvimento das ME e EPP; Promoção do associativismo empresarial; Acesso ao crédito e à capitalização; Estimulo a inovação tecnológica; Maior acesso à justiça; Criação de instância de representação – Fórum



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Estadual das MPE. Trazendo a discussão para o momento atual, afirmou que o momento atual é diferente, apresentando novos desafios ao setor. Por essa razão, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho provocou essa reunião, no intuito de que sejam retomadas as ações do Fórum. Apresentado esse preâmbulo, o **Senhor Antônio Elgma** fez uma provocação aos participantes, consistindo em se realizar uma discussão participativa e objetiva, com a realização de uma reflexão individual e em grupos. Explicou que nos grupos serão discutidas essas questões. Os grupos apresentarão as sugestões em tarjetas e serão fixadas no *flip chart*. Em seguida, escolherão um representante para a apresentação em plenária. Em cada uma das mesas ficou afixada uma pergunta direcionadora das reflexões. Cada participante deverá passar pelos quatro temas (perguntas), quais sejam: *Como transformar o Fórum em um espaço privilegiado de discussão de temas das MPE? Como assegurar a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, gerando resultados para o segmento? Como fazer do Fórum um canal de encaminhamento de proposição que melhorem o ambiente de negócios das MPE? Que outras ações são relevantes para promover o Fórum Estadual das MPE?*

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES DOS GRUPOS

Os participantes realizaram as discussões nos grupos e, ao final, os resultados foram apresentados. Para apresentar o primeiro tema, o **Senhor Roberto Feijó** comentou sobre a seguinte pergunta: *Como transformar o Fórum em um espaço privilegiado de discussão de temas das MPE?* Das respostas registradas constam as seguintes sugestões: Buscar temas transversais com aderência ao Fórum, trazer temas de outras áreas, mesmo fora de sua ambiência; Apresentação de cases de sucesso, que se possa conhecer variados casos de sucesso, com a informação de quais os percalços, apoios, superações foram enfrentados para chegar ao resultado exitoso; Garantir participação e representatividade dos órgãos que compõe o Fórum, porque ao longo do tempo, muitas pessoas não possuem a representatividade de sua instituição e isso esvazia as discussões; Maior conectividade do Fórum Estadual com Fórum Nacional, pois o Governo Federal chamou para si a responsabilidade de fomentar os meios para as MPE terem maior sucesso; Garantir a interlocução entre Órgãos do Governo para a solução dos problemas dos pequenos negócios; Levar temáticas com as demandas e vocações das macrorregiões, tornar o Fórum mais abrangente, realizar eventos no interior do estado, descentralizar; Estudar as mudanças do perfil do empreendedor da área rural, posto que com a TIC as mudanças estão ocorrendo de maneira ainda mais rápida e o Fórum pode colaborar com intercâmbios, por exemplo, com a academia; Direcionar os representantes para cada temática do Comitê, onde cada um dos participantes do Fórum conheçam a atuação das entidades, sobretudo no que se refere à temática do Fórum; Pontuar a atuação da instituição componente do Fórum.

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Para apresentar os resultados sobre o segundo tema, a **Senhora Dalvanir Mota** falou das respostas obtidas à pergunta: *Como assegurar a implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, gerando resultados para o segmento?* Obtiveram-se os seguintes registros como resposta: Realizar o Fórum nas macrorregiões do estado, com temáticas já existentes e que são pouco exploradas; Expor um *link* com a Lei no Portal do Empreendedor e demais sites afins; Ter um canal de atendimento presencial nos Órgãos; Inserir na disciplina de empreendedorismo, das Escolas Estaduais de Educação Profissional, as diretrizes da Lei 15.306; Articular com entidades empresariais ações para implantação da Lei; Articular com entes públicos ações para implementação da Lei; Realizar eventos para divulgar o conteúdo da Lei; Publicizar efetivamente a Lei; Estabelecer a regulamentação da Lei 15.306/13; Elaboração de uma cartilha sobre a aplicação da Lei; Debater sobre as dificuldades para a aplicação da Lei. Para apresentar os resultados do terceiro tema, a **Senhora Regina Lúcia** tratou da seguinte pergunta: *Como fazer do Fórum um canal de encaminhamento de proposições que melhorem o ambiente de negócios das MPE?* Foram obtidas as seguintes respostas: Realizar a reestruturação do Fórum, pois há Órgãos que estão oficialmente e já não existem mais e, outros, importantes, ausentes (não compõem o Fórum); Ter *feedback* das demandas, proposições encaminhadas pelo Fórum, além de integração, para se saber tudo o que foi executado, decisões tomadas e encaminhamentos; Comprometimento efetivo dos integrantes do Fórum; Atualizar, fortalecer, ampliar a representatividade; Organizar o Fórum e suas ações, empoderá-lo, torná-lo importante mecanismo para as MPE; Melhorar a comunicação (interna e externa). Fechando o ciclo de reflexões e proposições, no quarto e último tema, o **Senhor Frederico Acário** comentou sobre a seguinte pergunta: *Que outras ações são relevantes para promover o Fórum?* De acordo com os registros, apresentou as seguintes sugestões: Necessidade da participação das entidades ocorrer de forma mais intensa e produtiva; Criação de mídias sociais; Produção de *podcasts*; Interiorização das ações, revitalizar eventos; Monitoramento das ações; Identidade visual; Página institucional (endereço eletrônico); Assessoria de Comunicação (imprensa); Atuação no Fórum Nacional; Fortalecer parcerias com entidades representativas; Pauta a ser sugerida pelas entidades para o Fórum, pois anteriormente a pauta já chegava pronta, podendo ser diferente a partir de agora, construída conjuntamente e a comunicação melhor realizada; Estabelecer parcerias com segmentos acadêmicos que tenham interface; Estabelecer evento comemorativo para o dia da MPE. Em sua opinião, a publicização será decorrente de resultados alcançados, entidades participantes apresentam soluções, pois os desafios fazem interseção, como a agricultura (FAEC) com setores do agronegócio (SEDET), além da propositura de negócios voltadas para os jovens (SEDUC) e ações de desenvolvimento (SEDET). Ao realizar o fechamento das discussões dos grupos e apresentações em plenária dos resultados, o Senhor **Antônio Elgma** abordou que no início dos trabalhos do dia, foram provocadas proposições para



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

dinamizar o Fórum. Os grupos trouxeram várias ideias. Insistiu com mais uma indagação, qual seja: há outras ideias a serem acrescentadas? Diante da provocação, o Senhor **Marcos Pompeu** fez uso da palavra citando que *Nos últimos trinta e cinco anos o Ceará virou a página da gestão pública. O aperfeiçoamento do governo caminha em direção ao que há de mais moderno. Nessa ambiência, o setor público e privado tem conversado há 30 anos. Foi criado o Pacto de Cooperação. Os empresários se reuniam para elaborar propostas de ação para o governo. Deram origem às Câmaras Setoriais. Esse Fórum Estadual que trata das MPE, estratégico, o estado criou a SEDET, o Governo Federal também entende a importância desse segmento.* Afirmou que à época foi Secretário de Turismo e presidiu o Fórum Nacional dos Secretários de Turismo. Prosseguiu afirmando que *O Fórum Estadual precisa ter como liderança um Secretário de Estado e a vice-coordenação ser exercida pelo SEBRAE. Precisa de um secretário executivo, para que haja efetividade. Tudo o que foi aqui discutido é importante e se faz necessário criar um grupo de trabalho. Os dirigentes das instituições precisam estar aqui, assim como os Secretários de Estado. É necessário um ambiente mais adequado para se escutar, se enxergar e interagir melhor.* A Senhora **Ivonísia Holanda** se pronunciou em seguida, afirmando que *Há pelo menos 4 meses, o CONDECON, sugeriu que a secretária assumisse a presidência. Há uma dinâmica em curso, que precisa ser levada em consideração.*

CONSIDERAÇÕES DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DA SEDET

O Secretário Executivo do Trabalho e Empreendedorismo da SEDET, Senhor Kennedy Vasconcelos, dando sequência às falas, agradeceu a todos pela participação e pelo esforço. Pontuou que há orientações por parte do Governo do Estado, para se fazer valer a efetividade do Fórum. Disse que é vital para o Estado, para o cidadão. *Tudo está sendo feito no intuito de que os melhores resultados ocorram. É necessário enfrentarmos juntos esses novos desafios. Solicitamos o engajamento de todos, reiterando que as informações do que se tratou aqui será enviado a todos. Na SEDET há iniciativas voltadas a permitir que o Ceará seja o melhor ambiente para se fazer negócio. Para isso muito precisa ser feito e é necessária a participação de todos. Em novembro de dois mil e dezenove deverá acontecer a próxima reunião, sendo todos informados antecipadamente. Os desafios são enormes, mas o ser humano precisa de desafios, o que nos move. Ressaltou a coragem e o caráter desbravados dos cearenses.* A Senhora **Cláudia Pinheiro** solicitou a palavra para comentar sobre uma ação do governo municipal de Fortaleza, denominado *Meu Bairro Empreendedor*. Perguntou se há algum feedback, afirmou que há dezoito unidades implantadas e acredita que muita coisa está solta. O Secretário Executivo, Senhor **Kennedy Vasconcelos**, afirmou que *é necessário haver conexão, aprendermos a juntar as peças. Há escassez de recursos, por isso temos que eleger prioridades,*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Desenvolvimento
Econômico e Trabalho*

Secretaria Executiva do Trabalho e Empreendedorismo

**REGISTRO DA 35ª REUNIÃO DO FÓRUM ESTADUAL DAS
MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

trabalhar em conjunto, razão pela qual essa questão é relevante e precisamos interagir. Será apresentada a nossa ata e programação no próximo encontro.

ENCERRAMENTO

O representante da instituição anfitriã, Senhor **Antônio Elgma**, finalizando a reunião, chamou a atenção para o Decreto de criação do Fórum Estadual, no qual está claro cabe à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET) exercer sua presidência. Ele encerrou com a afirmativa de que *A liderança desse processo é da SEDET e todos nós somos colaboradores, parceiros. Contribuímos com as discussões e proposições.*